



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL

SCHOOL POLICING PROGRAMS DEVELOPED BY THE U.S. POLICE AND THE MILITARY POLICE OF PARANÁ: AN INTERNATIONAL COMPARATIVE ANALYSIS

PROGRAMAS DE POLICÍA ESCOLAR DESARROLLADOS POR LA POLICÍA DE LOS ESTADOS UNIDOS Y LA POLICÍA MILITAR DE PARANÁ: UN ANÁLISIS COMPARATIVO INTERNACIONAL

Eliéser Antonio Durante Filho¹, Valter Ribeiro da Silva²

e432893

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i3.2893>

PUBLICADO: 03/2023

RESUMO

O presente artigo científico teve como tema central investigar a realidade do policiamento escolar desenvolvido pelas polícias norte-americanas, por meio do programa *School Resource Officer (SRO)*, numa análise comparativa com o programa Patrulha Escolar Comunitária (PEC), realizado pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Assim, a pesquisa descreveu os aspectos evolutivos de ambos os programas, suas características de aplicação e as delimitações do campo de atuação. O estudo permitiu identificar o contexto histórico-social de desenvolvimento do policiamento escolar em ambos os cenários, demonstrando a importância dessa modalidade de policiamento para a segurança das escolas. Adotou-se a abordagem qualitativa para tratar e discutir os dados coletados. A investigação destacou-se por ser do tipo descritiva e caracterizou-se como documental e bibliográfica. A investigação científica constatou que ambos os programas apresentam mais relações de equivalência do que diferenças e que essa aproximação decorre do fato de estarem estruturados na perspectiva de uma polícia comunitária e orientada para a solução de problemas. Essa conformação exige dos profissionais designados para o policiamento comunitário uma atuação multifuncional, de tríplice responsabilidade, para lidar com os desafios típicos das comunidades escolares.

PALAVRAS-CHAVE: School Resource Officer. Patrulha Escolar Comunitária. Polícia Militar do Paraná. Policiamento comunitário.

ABSTRACT

The present scientific article had as its central theme to investigate the reality of school policing developed by the North American police, through the School Resource Officer (SRO) program, in a comparative analysis with the Community School Patrol (PEC) program, carried out by the Community School Patrol Battalion (BPEC) of the Military Police of Paraná (PMPR). Thus, the research described the evolutionary aspects of both programs, their application characteristics and the delimitations of the field of action. The study made it possible to identify the historical and social context of the development of school policing in both scenarios, demonstrating the importance of this type of policing for school safety. A qualitative approach was adopted to treat and discuss the collected data. The

¹ Graduado no Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares pela Academia Policial Militar do Guatupê - APMG. Graduação em Direito pela Universidade Paranaense. Especializações em Gestão de Polícia Comunitária na modalidade de Formação para o Magistério Superior, em Gestão Pública com ênfase em Políticas Públicas, MBA Executivo em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Talentos e Policiamento Comunitário. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - Turma 2018 concluído pela APMG e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela UFPR. Major da Polícia Militar do Paraná, trabalhando na Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG) junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), na assessoria e gestão de assuntos comunitários. Professor da Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar do Guatupê vinculada à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professor de Teorias de Polícia Comunitária e Prática de Polícia Comunitária para o Curso de Formação de Oficiais Policiais-Militares.

² Graduado em Ciências Policiais de Segurança Pública e Preservação da Ordem Pública pela Academia Policial Militar do Guatupê e graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Major da Polícia Militar do Estado do Paraná.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eléser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

investigation stood out for being descriptive and characterized as documental and bibliographical. The scientific investigation found that both programs present more equivalence relations than differences and that this approximation stems from the fact that they are structured in the perspective of a community police and oriented to the solution of problems. This conformation requires professionals designated for community policing to have a multifunctional role, with triple responsibility, to deal with the typical challenges of school communities.

KEYWORDS: *School Resource Officer. Community School Patrol. Military Police of Paraná. Community policing.*

RESUMEN

El tema principal de este artículo científico fue investigar la realidad de la policía escolar desarrollada por la policía estadounidense, a través del programa School Resource Officer (SRO), en un análisis comparativo con el programa Patrulla Escolar Comunitaria (PEC), realizado por el Batallón de Patrulla Escolar Comunitaria (BPEC) de la Policía Militar de Paraná (PMPR). Así, la investigación describió los aspectos evolutivos de ambos programas, sus características de aplicación y las delimitaciones del campo de actuación. El estudio permitió identificar el contexto histórico-social del desarrollo de la policía escolar en ambos escenarios, demostrando la importancia de este tipo de vigilancia para la seguridad de las escuelas. Se adoptó el enfoque cualitativo para tratar y discutir los datos recolectados. La investigación se destacó por ser descriptiva y se caracterizó como documental y bibliográfica. La investigación científica encontró que ambos programas tienen más relaciones de equivalencia que diferencias y que esta aproximación se deriva del hecho de que están estructurados desde la perspectiva de una policía comunitaria y orientados a la resolución de problemas. Esta conformation requiere que los profesionales asignados a la policía comunitaria tengan un desempeño multifuncional de tres responsabilidades para enfrentar los desafíos típicos de las comunidades escolares.

PALABRAS CLAVE: *Oficial de Recursos Escolares. Patrulla Escolar Comunitaria. Policía Militar de Paraná. Policía comunitaria.*

INTRODUÇÃO

Com o processo de abertura democrática do Brasil, período pós-1985, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o cidadão passou a usufruir mais dos seus direitos e ter maior participação na construção da cidadania. Por sua vez, as instituições Policiais Militares dos Estados e do Distrito Federal passaram a adaptar-se a esse novo cenário, introduzindo gradativamente em suas estratégias de policiamento os princípios de uma polícia comunitária e orientada para a solução de problemas.

No ano de 1994, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) estruturou o “Projeto Galha Azul” para atender as questões de segurança das escolas de Curitiba, com policiais militares designados especialmente para este fim. Mas essa modalidade de policiamento somente passou a ser guiada por diretrizes conceituais de polícia comunitária em 2003, com a implantação do programa Patrulla Escolar Comunitária (PEC).

Nos Estados Unidos da América (EUA), o programa de policiamento escolar é conhecido por *School Resource Officer (SRO)*, que ganha popularidade nos anos de 1990, quando as políticas de tolerância zero aumentam a presença policial em todos os níveis e o SRO passa a ser uma forma de lidar com a ameaça de tiroteios em massa e a violência escolar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Analisando os aspectos sócio-históricos e culturais, em ambos os cenários, estadunidense e brasileiro, a década de 1990 é marcada por mudanças nos padrões de violência em ambiente escolar. Em suas diferentes formas de manifestações, a violência é um fenômeno que gera altos custos sociais e econômicos, produzindo efeitos de longo prazo que podem se estender até o período de vida adulta dos envolvidos (UNESCO, 2019).

O universo escolar é um microcosmo social que reproduz diferentes formas de manifestação da violência e, portanto, deve ser compreendida como um fenômeno social, que se manifesta em determinados contextos e que se efetiva na relação com o outro (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999). “Trata-se de ‘interação’ entre indivíduos situados em dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades desta interação” (BESERRA, 2017, p. 275).

Apesar da tendência em relacionar a violência apenas com criminalidade, em seu sentido mais amplo, a violência pode ser observada por diferentes dimensões, tanto física, como psíquica e simbólica (CHAUÍ, 2017). As violências representam uma luta contra a exclusão e a desigualdade social que, no desafio de construção de sociedades democráticas, devem ser combatidas a partir do estabelecimento de estreitas parcerias envolvendo diferentes atores sociais, como entidades institucionais, serviços públicos e a própria comunidade, inclusive com grande mobilização em nível internacional (DEBARBIEUX, 2002).

Neste tocante, reside um dos pontos centrais a serem estudados nessa pesquisa, visto que no Paraná, com a evolução do programa PEC, os escalões superiores da Polícia Militar propuseram, no ano de 2007, a criação de uma unidade especializada em policiamento comunitário escolar, para enfrentar em parceria com as escolas as questões relacionadas à violência e à desordem no ambiente escolar, denominado de Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC).

O Paraná, assim como Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte e o Distrito Federal, é um dos poucos estados do Brasil que possui uma unidade especializada no policiamento escolar. Ao contrário das demais instituições policiais militares, que possuem tipos ou modalidades de policiamento ou serviços, orientados para a prevenção ou repressão à delitos e violência em ambiente escolar e suas imediações, a PMPR destaca-se por ter uma unidade com a tipicidade do trabalho desenvolvido na perspectiva de policiamento comunitário escolar (BESERRA, 2017).

A proposição apresentada neste estudo é de que existe convergência programática entre o SRO e a PEC. Ambos os programas estão alicerçados na perspectiva de uma polícia comunitária e a atuação policial caracteriza-se por ser multifuncional.

Assim, o que se busca com a presente investigação é conhecer a evolução do policiamento escolar no Paraná e nos Estados Unidos da América, numa análise comparativa entre os programas PEC, desenvolvido pelo BPEC da Polícia Militar do Paraná, e o SRO, desenvolvido pela polícia norte-americana.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

2 EVOLUÇÃO DO PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA E SEUS ASPECTOS NORMATIVOS

O policiamento escolar realizado pela PMPR data da década de 1960, quando as famosas duplas de policiais militares a pé, conhecidos por “Cosme e Damião”, pertencentes ao extinto Batalhão de Guardas, eram designados para fazer o policiamento preventivo nas imediações de estabelecimentos de ensino da capital paranaense (COSME E DAMIÃO, 1960).

Em 1968 foi criado o “Corpo de Polícia de Estabelecimentos de Ensino” (PARANÁ, 1968), órgão de execução da PMPR que, em 1971, foi integrada ao Batalhão de Controle de Tráfego, em razão do desempenho de funções correlatas (O CORREIO POLICIAL MILITAR, 2014). Sua missão era prover a segurança dos alunos, na entrada e saídas de aulas, especialmente com o objetivo de evitar atropelamentos (CIESLAK; FERREIA, 2008). Esse modelo de policiamento escolar, restrito ao perímetro externo das escolas, perdurou nos anos 70 e 80, época em que as manifestações de violência escolar se limitavam a casos de depredações, pichações e pequenas incivildades (ABRAMOVAY, 2002).

Com o agravamento da criminalidade e da violência urbana nos anos de 1990, marcada, sobretudo, por mudanças no padrão da violência nas escolas públicas (GONÇALVES; SPOSITO, 2002; SALLAS, 1999), a PMPR estruturou, em 1994, o “Projeto Gralha Azul”, como forma de responder à complexidade dos problemas. Conhecido por Patrulha Escolar, o projeto visava ampliar a sensação de segurança e a proteção dos estudantes, a partir do emprego especializado de militares estaduais femininas capacitadas para atender ocorrências em meio escolar e realizar o policiamento ostensivo preventivo e de permanência em áreas internas e adjacentes às escolas de Curitiba (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 1994).

Em 1997, por meio da implantação do projeto “Paraná Novos Caminhos com Mais Segurança nas Escolas”, o policiamento escolar é incrementado para ser desenvolvido também no interior do estado e na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) (OLIVEIRA; RIBEIRO, 1999; POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000b). A carência de recursos materiais e humanos, a falta de capacitação dos policiais envolvidos na aplicação do programa e os constantes desvios de finalidades enfraqueceram o projeto. A proposta de proximidade, interatividade e as orientações à comunidade escolar não foram alcançadas. (OLIVEIRA; RIBEIRO, 1999; POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000b; SCHEREMETA, 2007).

No final dos anos 90, o fenômeno da violência manteve-se em ascensão, atingindo também as cidades de médio e grande porte do interior do estado. A RMC passou a enfrentar problemas associados ao tráfico de drogas, disputas entre gangues e portes de armas de fogo, registrando, inclusive, casos de mortes envolvendo estudantes. Casos graves de depredação ao patrimônio público e privado e as ondas de invasão escolar deixavam os profissionais da educação desorientados e sem saber como lidar com o fenômeno da violência (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000b; SALLAS, 1999).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

A partir da edição da Diretriz n.º 004/2000-PM-3 (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000a), a filosofia de polícia comunitária foi estabelecida como pressuposto básico de planejamento, coordenação, execução e controle da missão constitucional da PMPR. Essa nova concepção e estratégia de trabalho buscava realinhar os objetivos do emprego do policiamento com as expectativas da evolução das comunidades. Nessa perspectiva, os policiais deveriam atuar mais próximos do cidadão, a ponto de serem conhecidos e participantes nas soluções de problemas de segurança de sua área (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000a). Esse conceito foi consolidado na instituição, no ano de 2004, por meio da Diretriz n.º 002/2004-PM-3 (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2004), que regulamentou o Policiamento Comunitário na PMPR.

Ao combinar as premissas do policiamento comunitário com o escopo geral das orientações normativas, identifica-se ao menos três pilares fundamentais da aplicação operacional: (1) a ênfase na atuação preventiva e de polícia educativa; (2) a parceria com a comunidade; (3) a resolução de problemas. A Diretriz n.º 004/2000-PM-3 (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000a) define, ainda, que a segurança das escolas deve ser uma das prioridades da corporação, principalmente as comunidades com elevado risco e vulnerabilidade social. Nestes espaços de socialização, o tráfico e uso ilícito de drogas devem ter especial atenção e o relacionamento entre a Unidade Operacional (UOp) e educandários deve ser de proximidade, tendo os policiais de conscientizar os estudantes por meio de projetos, palestras ou debates coordenados e fornecer informações que permitam a detecção e extinção de fatores de risco à segurança da comunidade escolar (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2000a).

Nesta ótica, o 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM) reativou os trabalhos da Patrulha Escolar nos municípios de Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras. O diferencial estava na parceria com o Núcleo Regional de Educação da Área Norte e a proposta rompia com lógica dominante do policiamento tradicional ao direcionar os esforços do policiamento para um modelo preventivo, adequado às expectativas da evolução comunitária (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2003a).

Decorrente do projeto piloto realizado pelo 17º BPM, a Patrulha Escolar é reinstitucionalizada a partir da publicação da Diretriz n.º 004/2003-PM-3, passando a ser estruturada sob a perspectiva do policiamento comunitário escolar (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2003b). Em 2004, é lançado oficialmente como Programa de Governo do Estado, denominado “Patrulha Escolar Comunitária” (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2003c).

Era uma nova concepção do trabalho de segurança escolar, fundamentado em três eixos: (1) estabelecimento de parcerias; (2) tomada de ações curativas; e (3) tomada de medidas preventivas. A conjugação de esforços tradicionais e comunitários previa uma nova composição e estratégia para o ambiente escolar, que era sistematizada pelo programa PEC em sistema de etapas interdependentes (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2003b; 2003c).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eléser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Cieslak e Ferreira (2008) esclarecem que para superar as dificuldades da aplicação operacional descentralizada, o programa PEC passou a ter uma Coordenação Estadual composta por Oficiais e Praças da PMPR e uma representante da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), vinculada tanto à Casa Militar da Governadoria (caráter político-institucional), quanto ao Estado-Maior da PMPR (caráter técnico-operacional).

Esta coordenação, que funcionou até os anos de 2008, tinha a função de estabelecer a doutrina de atuação da PEC, planejar as ações e operações, realizar a capacitação dos policiais militares e dos profissionais da educação e assessorar tecnicamente as instituições envolvidas no programa PEC.

No dia 20 de dezembro de 2007 (PARANÁ, 2007), é criada a nova unidade especializada, o BPEC,

[...] encarregado do patrulhamento escolar ostensivo preventivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atuando na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos diretores quanto à segurança e ainda a interação com a comunidade escolar (PARANÁ, 2010, não p.).

Em justa homenagem ao seu idealizador, o BPEC foi denominado como “Batalhão Coronel Anselmo José de Oliveira”, por meio do Decreto nº 9.016, de 25 de setembro de 2013 (PARANÁ, 2013).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA *SCHOOL RESOURCE OFFICER*

Nos EUA, um dos primeiros casos identificados de aplicação de funcionários da lei para atuarem em escolas, não necessariamente policiais, remonta ao ano de 1939, na cidade de Indianópolis (BROWN, 2006). Contudo, é na década de 1950, na cidade de Flint, estado do Michigan, que se tem oficialmente um policial designado para atuar em meio escolar, dando origem ao conceito do SRO (WEILER; CRAY, 2011).

Na e Gottfredson (2013) explicam que, embora o conceito de SRO tenha crescido nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo na Flórida, o emprego de policiais para atuar em escolas ainda era raro. Mas entre os anos de 1975 e 1989, o cometimento de crimes violentos cresceu em 80% no país todo, impactando severamente as comunidades escolares (PRICE, 2009). Entre os anos de 1984 e 1994, as taxas de homicídios para adolescentes dobrou e as vitimizações não fatais cresceram em 20%. As escolas estadunidenses tiveram um incremento de 56% nas taxas de vitimização juvenil (NA; GOTTFREDSON, 2013).

Nesse período, os distritos escolares adotaram políticas disciplinares de tolerância zero, que são aplicações de procedimentos disciplinares mais rigorosos em resposta às violações do regimento escolar, especialmente em casos de brigas, drogas e atividades relacionadas a gangues. Em 1994, o presidente Bill Clinton assinou a lei *Gun-Free School Act of 1994*, que estabelecia a expulsão, por um período mínimo de um ano, de estudantes que fossem flagrados portando armas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

de fogo dentro da escola. A política pública vinculava o seu cumprimento ao recebimento de recursos federais (NA; GOTTFREDSON, 2013).

A questão da violência escolar, associado a atenção midiática, fez com que essas políticas disciplinares de tolerância zero fossem expandidas em quase a totalidade das escolas norte-americanas e incluíssem, também, problemas relacionados ao consumo de cigarro, álcool, ameaças e o uso de “palavrões” (JAMES; MACCALLION, 2013; PRICE, 2009).

O caso de atiradores ativos na escola de Columbine, em 1999, foi um “ponto de ruptura” (PRICE, 2009, p. 547), que fez aumentar a preocupação pública com a violência escolar e incentivar o aumento da presença policial em todos os níveis. O programa SRO tornou-se um esforço das lideranças escolares e governamentais para enfrentar a ameaça de tiroteios em massa e a violência nas escolas.

O emprego de SROs passou a ser incentivado pelo do Governo Federal, que estabeleceu uma política pública de repasses de recursos federais com o objetivo de subsidiar os distritos escolares e departamentos de polícia, por três anos, para conhecerem os benefícios do programa SRO. Após esse período, o programa seria mantido por meio da combinação de recursos municipais, estaduais, dos distritos escolares e privados (WEILER; CRAY, 2011).

Entre os programas de financiamento para a contratação e colocação de policiais em escolas em todo país, o programa *COPS in Schools (CIS)* em 1999, destinado a empregar novos SROs para conduzir serviços de policiamento comunitário dentro e ao redor das escolas primárias e secundárias, foi o grande responsável por expandir o programa pelo país e aumentar significativamente as contratações de policiais. No ano de 2003, auge das contratações, havia registro de 19.000 SROs espalhados por todo o país, o que representava 40% das escolas americanas (JAMES; MACCALLION, 2013). No ano letivo de 2015-2016, 77% das escolas de grande porte - com 1000 alunos ou mais – registravam a presença de um ou mais SROs em suas escolas pelo menos uma vez por semana (DILBERTI; JACKSON; KEMP, 2017).

Para McDaniel (2001 *apud* WEILER; CRAY, 2011), o programa SRO preenche uma lacuna entre as instituições escolar e policial, e reconhece que o fenômeno da violência escolar enquanto ameaça à segurança de todos, é maior que a própria escola, justamente porque são manifestações de questões comunitárias.

4 METODOLOGIA

Por se tratar de um tema que envolve relações conceituais de policiamento escolar e outras características não mensuráveis dos programas SRO e PEC, optou-se pelo enfoque qualitativo para tratar e discutir os dados coletados da pesquisa (PEROVANO, 2016). De acordo com o tema proposto, o estudo é do tipo descritivo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). E, por envolver a busca de dados que estão inseridos nas legislações e normativas institucionais que regem os



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eléser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

programas, bem como análise e interpretação de materiais existentes no mercado do conhecimento, a pesquisa caracteriza-se como documental e bibliográfica (PEROVANO, 2016).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

O escopo da presente pesquisa estabelece a comparação entre os programas de policiamento escolar desenvolvidos nos EUA, por meio do programa SRO, e no Paraná, por meio do programa PEC, e a contextualização evolutiva, considerando aspectos histórico-sociais em que os programas se desenvolveram.

A partir do levantamento bibliográfico e documental, a pesquisa apresentará os conceitos e as principais características dos programas SRO e PEC, e a delimitação do campo de atuação.

5.1 CARACTERÍSTICAS DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA PEC

O programa PEC é desenvolvido pela PMPR através do BPEC. A Unidade aplica o programa prioritariamente em escolas estaduais e subsidiariamente em unidades de ensino municipais, federais e particulares. O planejamento das ações é estruturado com base nas concepções de polícia comunitária e sofre aprimoramento na medida em que as relações com as comunidades escolares vão se fortalecendo.

Originalmente, o programa PEC é muito mais que um procedimento policial aprimorado,

[...] é o aprendizado coletivo para se buscar a segurança a partir de atitudes diárias, continuadas, praticadas individualmente ou pelo grupo a que este indivíduo pertença, em busca da prevenção através da transformação de procedimentos e repressão a delitos, pelo esforço e ações coletivas (LEMES; OLIVEIRA, 2008, p. 48)

Scheremeta (2007) classifica o programa PEC como um tipo de [...]

Policiamento Ostensivo, nos processos “a pé” e “motorizado”, nas modalidades de “patrulhamento” e “permanência”, de circunstância “ordinária”, “urbano” e “diuturno”, desenvolvido junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de polícia comunitária [...] (SCHEREMETA, 2007, p. 29).

Atualmente, o programa PEC, idealizado na concepção de polícia comunitária, está estruturado em três módulos independentes, que são realizados junto às escolas, considerando suas necessidades e interesse da equipe gestora e da comunidade escolar. Essa definição conjunta de atuação confere às ações absoluta personalização no atendimento. Os módulos são assim denominados (ABREU, 2015; BESERRA, 2017):

(a) Módulo de Segurança na Escola: realiza o levantamento sistêmico das condições de segurança do ambiente escolar e o seu entorno, a percepção da segurança pela comunidade escolar e as orientações técnicas de segurança para a escola;

(b) Módulo de Educação Preventiva sobre Segurança: desenvolve ações de prevenção por meio de palestras e atividades lúdicas aos estudantes;



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

(c) Módulo de Ações Suplementares de Segurança na Escola: complementa os demais módulos com ações de visitas comunitárias e solidárias, operações “Vizinhança Escolar Segura”, patrulhamento diferenciado, mediação de conflitos no ambiente escolar, aconselhamento aos alunos, permanência nos horários de entrada, saída e intervalos de aulas, contatos com autoridades e outras ações preventivas.

Além de ser uma Unidade que aplica um programa que vincula as ações preventivas de caráter educacional, de planejamento sistemático e progressivo, o BPEC ainda conta com o suporte integrado de informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), o programa “181 Disque Denúncia”, que auxilia nas ações de inteligência e no planejamento de operações de repressão ao tráfico e uso de drogas e outras ilicitudes de elevado potencial ofensivo.

5.2 CARACTERÍSTICAS DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA SRO

Para compreender o significado e o alcance do programa SRO, recorreremos à legislação federal americana. O *Omnibus Crime Control and Safe Schools Act of 1968* estabelece que o SRO é um policial de carreira, com autoridade juramentada, destacado no policiamento orientado para a comunidade, designado para atuar em colaboração com as escolas e organizações comunitárias (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017). Dentre as suas atribuições, destaca-se:

- (a) a resolução de problemas de crime e desordem, gangues e atividades de drogas que afetam ou ocorrem na escola ou no seu entorno;
- (b) o desenvolvimento e ampliação dos esforços de prevenção ao crime para os estudantes;
- (c) a educação às potenciais vítimas em idade escolar na prevenção e segurança do crime;
- (d) o desenvolvimento ou ampliação das iniciativas de justiça comunitária para estudantes;
- (e) o treinamento de estudantes na resolução de conflitos, justiça restaurativa e conscientização sobre o crime;
- (f) o auxílio na identificação de mudanças físicas no ambiente que possam reduzir o crime dentro da escola e no seu entorno; e
- (g) a ajuda no desenvolvimento de políticas escolares que abordem o crime e recomendem mudanças processuais.

Segundo Girouard (2001), a política do SRO objetiva encorajar as relações de trabalho entre a polícia e as escolas, trazendo os princípios e a filosofia do policiamento comunitário diretamente para o ambiente escolar, e ajudar as comunidades a concentrar a liderança e os recursos nas questões relacionadas à criação e manutenção de um ambiente escolar seguro.

Os SROs são típicos oficiais uniformizados, armados e especializados para atuarem no policiamento escolar, frequentemente envolvidos com programas de educação preventiva. Normalmente são responsáveis por patrulhar a escola, investigar reclamações criminais, lidar com violadores das leis e das regras disciplinares, tentando minimizar seus eventos (NA; GOTTFREDSON, 2013).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Além de atuarem no policiamento escolar, estes policiais desempenham outras funções de caráter preventivo e educacional, servindo como conselheiro de questões relacionados à lei, ajudando a orientar as crianças a se apropriarem dos serviços comunitários e como professores de legislação, ministrando aulas ou visitando turmas para fazer palestras e apresentações (WEILER; CRAY, 2011).

5.3 ELEMENTOS DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS PEC E SRO

Tanto no programa PEC como no SRO, o policial designado desempenhará funções que extrapolam a dinâmica do policiamento tradicional. Por esta razão, deve ser capacitado e qualificado para lidar também com os desafios típicos do universo educacional, que exigirão dele, não só uma relação de proximidade com a comunidade escolar para atuar como solucionador de problemas, mas uma atuação multidisciplinar com ênfase no caráter educativo do mister policial.

Raymond (2010) estrutura as responsabilidades de um SRO em três dimensões principais, de acordo com os papéis reconhecidos pelo *Office of Community Oriented Policing Services*. Adaptamos o modelo de tríplice responsabilidade de Raymond (2010), para categorizar e relacionar o conjunto de atribuições policiais junto aos programas SRO e PEC. As atividades do programa PEC foram extraídas do rol de ações registradas no Sistema de Cadastramento de Atividades do BPEC (SISCATIV/BPEC), entre os anos de 2015 e 2018.

5.3.1 Dimensão “Policial”

A dimensão “policial” está relacionada àquelas atividades típicas da condição “policial” primária, de técnicos em segurança pública e aplicadores da lei. As funções decorrem do regular exercício da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, na promoção de segurança das comunidades escolares.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Quadro 01 – Elementos programáticos da PEC e do SRO a partir da dimensão “policial”.

CATEGORIA	PEC	SRO
1. POLICIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Realizam visitas comunitárias com foco nas escolas e na comunidade do seu entorno, bem como aos estudantes e professores vítimas de delitos; - Fazem o policiamento em permanência nos horários de entrada, saída e intervalos de aula; - Participam dos eventos comunitários das escolas; - Procedem a busca pessoal preventiva e por fundada suspeita no interior da escola; - Realizam abordagem policial a pessoa e a veículo suspeito no entorno da escola; - Desenvolvem o policiamento preventivo no entorno da escola; - Atuam em operações policiais com foco na comunidade do entorno da escola (fiscalização, saturação e/ou arrastão); - Colaboram com os exercícios simulados de abandono escolar; - Atendem aos chamados de serviço e primeira intervenção em crises na escola; - Efetuam prisões e apreensões; - Servem de fonte de informações às agências locais de inteligência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assumem a responsabilidade primária de responder aos pedidos de intervenção das escolas e na coordenação da resposta com os restantes recursos policiais; - Tratam dos problemas relacionados com a criminalidade e as desordens, as gangues, e o tráfico e o consumo de drogas no interior, e nas vizinhanças das escolas; - Procedem a detenções e fazem notificações na zona escolar; - Fornecem indicações e informações às unidades de investigação adequadas; - Procedem legalmente contra as pessoas não autorizadas a se introduzirem e a permanecerem nas instalações e recintos escolares; - Servem como monitores nas entradas, ou quando combatem o absentismo escolar, ou quando ajudam no atravessamento das ruas, ou como operadores de detectores de metais e outros aparelhos de segurança; - Respondem legalmente a condutas criminais que envolvem alunos fora dos recintos escolares; - Servem de ligação entre a escola e a polícia e fornecem informações aos estudantes e ao pessoal da escola acerca de assuntos relativos à legalidade; - Atendem ocorrências críticas nas escolas, tais como acidentes, incêndios, explosões e outros eventos com risco à vida; - Apoiam o planejamento para gestão de crises da escola, incluindo assistência com: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O desenvolvimento de sistemas de resposta aos incidentes; ▪ O desenvolvimento e coordenação dos planos de resposta de emergência (em conjunto com outros serviços de emergência); ▪ A incorporação da aplicação da lei em equipes de gestão de crises da escola; ▪ O desenvolvimento de protocolos para lidar com tipos específicos de emergências; ▪ O ensaio desses protocolos usando exercícios de mesa, simulados, evacuações e interdições.

Fonte: Os autores (2023).

5.3.2 Dimensão “Ombudsman”

Na perspectiva do policiamento comunitário o papel do policial é redefinido de “combatente” para solucionador de problemas. O policial torna-se uma espécie de facilitador, que atua como elo entre os serviços profissionais dentro da escola e outros atores sociais, públicos ou privados, que possam contribuir para a resolução de problemas escolares tais como crimes, drogas, medo, desordens físicas e morais, e outros problemas que podem evoluir para questões delituosas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Quadro 02 – Elementos programáticos da PEC e do SRO a partir da dimensão “ombudsman”.

CATEGORIA	PEC	SRO
2. OMBUDSMAN	<ul style="list-style-type: none"> - Participam em reuniões com membros da comunidade escolar; - Atuam nos esforços para prevenção situacional do delito, com a realização do levantamento de segurança de ambiente escolar (LSAE); - Desenvolvem as dinâmicas com a comunidade para identificar a percepção da segurança; - Propõem mudanças ambientais para prevenção do crime na escola e no seu entorno, a partir da confecção de orientações técnicas de segurança; - Auxiliam a escola no planejamento de ações conjuntas para resolução de problemas, compartilhando responsabilidades com a comunidade; - Participam dos processos de resolução pacífica de conflitos escolares, seja no aconselhamento e orientação de estudantes, seja realizando a Gestão Positiva de Conflito Escolar; - Mantém contato permanente com as autoridades locais, organismos governamentais e não governamentais; - Prestam assessoria de segurança aos gestores escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiam as escolas em assuntos não criminais, tais como <i>bullying</i> ou indisciplina escolar, atuando como elemento de ligação com outros serviços profissionais dentro da escola e na comunidade; - Mantém uma relação estreitada com os conselheiros de justiça juvenil; - Desenvolvem esforços de prevenção criminal dedicados aos estudantes; - Desenvolvem iniciativas de justiça comunitária para alunos; - Auxiliam na identificação de mudanças ambientais que possam reduzir o crime na escola e no seu entorno; - Ajudam no desenvolvimento de políticas escolares para lidar melhor com o crime e recomendar mudanças procedimentais para implementar essas políticas.

Fonte: Os autores (2023).

5.3.3 Dimensão “Educativa”

Na atuação policial comunitária, especialmente em ambientes escolares, reside uma dimensão pedagógica no agir policial que o torna um legítimo educador. Enquanto “pedagogo da cidadania” (BALESTRERI, 2003), o policial educa ao se constituir numa autoridade admirada por todos que compõe a escola, em razão do exemplo de retidão moral e comportamental apresentados. Mas também pela capacidade de desenvolver conteúdos complementares ao currículo educativo formal, ajudando no desenvolvimento de habilidades necessárias a uma cidadania responsável e no processo de construção de uma cultura de não violência.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eléser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Quadro 03 – Elementos programáticos da PEC e do SRO a partir da dimensão “educativa”.

CATEGORIA	PEC	SRO
3. EDUCATIVA	<p>- Contribuem com o processo educacional dos estudantes e instruem professores, pais e demais membros da comunidade escolar;</p> <p>- Realizam Palestras Interativas, atualmente compostas por oito temas principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Respeito Mútuo;</i> 2. <i>Preservação do Patrimônio;</i> 3. <i>Porte de Materiais Não Pedagógicos;</i> 4. <i>Brigas: Causas e Consequências;</i> 5. <i>Entrada e Saída das Aulas;</i> 6. <i>Uso Correto do 190, 181 e Números de Emergência;</i> 7. <i>Importância do Uso do Uniforme;</i> 8. <i>Uso Seguro das Redes Sociais.</i> <p>- Realizam Palestras Agendadas, atualmente compostas por cinco temas principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Você Pode Praticar Segurança;</i> 2. <i>Atuação da PEC: Limites entre a (In)disciplina e o Ato Infracional.</i> 3. <i>Prevenção ao Uso de Drogas;</i> 4. <i>Prevenção ao Bullying;</i> 5. <i>Estatuto da Criança e do Adolescente (Direitos e Deveres).</i> 	<p>- Ministram cursos para os membros da comunidade escolar, especialmente os estudantes, professores e pais, que podem incluir os seguintes conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A carreira policial; ▪ Investigação criminal; ▪ Campanhas de alerta sobre o consumo de álcool e outras drogas; ▪ Campanhas de conscientização e resistência a gangues e estranhos; ▪ Prevenção geral do crime; ▪ Resolução de conflitos; ▪ Justiça restaurativa; ▪ Segurança infantil; ▪ Segurança no trânsito (bicicleta, pedestre e veículos motorizados); ▪ Crimes especiais em que os alunos são especialmente propensos a se envolverem como causadores ou vítimas (vandalismo, furtos em lojas, ofensas sexuais).

Fonte: Os autores (2023).

5.4 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ELEMENTOS PROGRAMÁTICOS DO SRO E DA PEC

O levantamento bibliográfico e documental sobre os programas de policiamento escolar norte-americano e paranaense demonstrou que tanto o SRO quanto a PEC estão alicerçados na perspectiva de polícia comunitária e orientada para a resolução de problemas. Este enfoque infere por uma atuação policial multifuncional, que pode ser compreendida a partir do modelo de tríplex responsabilidade, proposto por Raymond (2010), onde os profissionais designados para o policiamento comunitário escolar são um híbrido de policial, educador e *ombudsman* da comunidade.

Essa presença visível do policial na geografia escolar não serve apenas como um elemento de dissuasão para estudantes mal-intencionados ou para facilitar a pronta resposta às emergências na escola. Ela também tem o potencial de melhorar a sensação de segurança dos estudantes e funcionários, fortalecer as relações comunitárias e promover a prevenção criminal, tornando o ambiente mais propício a receber denúncias de crimes graves e violentos (JAMES; MCCALLION, 2013), e de problemas que atingem a comunidade escolar (RAYMOND, 2010).

Uma das diferenças observadas está na forma de financiamento dos programas e de algumas atribuições que se diferenciam em razão dos modelos de sistema policial norte-americano e brasileiro. O programa SRO é financiado nos três primeiros anos com recursos federais. E para não ser descontinuado após esse período, deve ser mantido com a combinação de recursos públicos – municipais, estaduais e dos próprios distritos escolares – e privados. O programa PEC, por sua vez, é mantido apenas com recursos públicos estaduais, podendo, excepcionalmente, receber recursos federais, a exemplo da celebração de convênios.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

Nos EUA, assim como nas demais partes do globo, o sistema é de “ciclo completo de polícia”, que pode ser compreendida pela atribuição de atividades de policiamento ostensivo e de investigação criminal por uma mesma organização policial. No Brasil perdura o modelo de “ciclo incompleto”, um modelo dicotômico de polícia ostensiva e polícia investigativa. O reflexo disso está que, no programa SRO o policial tem a capacidade de unir expertise operacional à sua capacidade investigativa, respondendo mais eficientemente aos delitos envolvendo estudantes dentro e fora do ambiente escolar. No Brasil, essa efetividade depende de uma alta capacidade de integração entre as polícias militares e polícias civis, o que na prática é muito mais exceção do que regra, o que torna crônico a ineficiência do Estado na provisão da segurança pública (SAPORI, 2016).

Ambos os programas SRO e PEC contribuem para a manutenção da segurança escolar. Além do papel tradicional de polícia, de pronta resposta aos incidentes escolares e presença ostensiva do aparato policial, os policiais atuam em proximidade com a comunidade escolar, criando uma relação de mútua confiança, sobretudo com o público infante-juvenil. Isso gera oportunidade para um trabalho de conscientização sobre as responsabilidades cidadãos e o protagonismo juvenil na construção da segurança da escola.

Estudos acerca de programas de policiamento escolar desenvolvidos no Reino Unido e no Canadá, a exemplo do SRO e da PEC, demonstraram que programas dessa natureza contribuem para a melhoria da sensação de segurança da comunidade escolar, com reflexos diretos na redução de comportamentos ofensivos e de vitimização. O policiamento de proximidade tem o potencial de melhorar as relações entre policiais e estudantes e contribuir com a prevenção do crime (RAYMOND, 2010).

O assessoramento realizado pelos policiais aos diretores e professores quanto às questões de segurança ajudam a determinar se certos tipos de comportamentos devem ser tratados no âmbito disciplinar ou criminal. Essa consultoria rotineira e a predisposição dos policiais em ajudarem os gestores escolares em outros temas de interesse da escola faz com que o nível de satisfação e confiança com o programa de policiamento escolar seja positivo (CIESLAK; FERREIRA, 2008; FINN; MCDEVITT, 2005).

De modo geral, o que se verifica é que, apesar das diferenças culturais marcantes entre Brasil e EUA, os programas SRO e PEC apresentam mais relações de aproximação do que diferenças propriamente ditas. O motivo dessa aproximação está no modelo teórico utilizado para nortear o planejamento e a execução das atividades de policiamento escolar: a filosofia de polícia comunitária.

6 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo atingiu o objetivo proposto, que foi o de apresentar elementos de comparação entre os programas SRO, desenvolvido pelas polícias norte-americanas, e a PEC,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

aplicado pelo BPEC da Polícia Militar do Paraná, com descrição dos aspectos evolutivos, características de aplicação e as delimitações do campo de atuação.

O levantamento bibliográfico e documental permitiu compreender o contexto histórico-social de desenvolvimento do policiamento escolar nos EUA e no Paraná, reconhecendo os eixos estruturantes e conceitos que norteiam ambos os programas.

As diferenças encontradas são circunstanciais e culturalmente situadas. De um modo geral, as semelhanças se sobressaem. É possível afirmar que o fator determinante dessa aproximação entre os programas SRO e PEC é o fato de estarem estruturados na perspectiva de uma polícia comunitária e orientada para a solução de problemas, o que exige do policial um repertório multifuncional para lidar com os desafios típicos de comunidade escolar. Essa atuação mais complexa, de tríplice responsabilidade, pôde ser compreendida a partir da proposição de Raymond (2010), onde os profissionais designados para o policiamento comunitário escolar são um híbrido de policial, educador e *ombudsman* da comunidade.

Essa comparação internacional demonstrou que as ações de policiamento comunitário escolar, desenvolvidos pelo BPEC no Paraná, estão conceitualmente estabelecidas e em sintonia com as normativas e objetivos institucionais que regulam a missão policial militar. O programa PEC, desenvolvido em parceria com as escolas do Paraná, se destaca, portanto, como um importante ponto de auxílio às comunidades escolares por ter os seus fundamentos estabelecidos em bases sólidas, na perspectiva de cultura de paz e prevenção às drogas, na construção de ambientes seguros e nos preceitos de uma cidadania responsável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: Unesco, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000070.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ABREU, Ronaldo de. **Estudo comparativo sobre a efetividade e o efeito de projetos e programas desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná na perspectiva de Polícia Comunitária**. 2015. TCCP (Curso Superior de Polícia) - APMG, São José dos Pinhais, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000041/000041f2.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana BT; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 62-74, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/VL6ChVVNZ8h788wdLxdkJVD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo-RS: Edições CAPEC, Gráfica Editora Berthier, 2003.

BESERRA, Leonel José. **Análise comparativa de efetividade das ações de policiamento escolar nos entes federativos brasileiros, com o policiamento comunitário escolar desenvolvido pela Polícia Militar do Paraná**. 2017. Artigos (Curso Superior de Polícia) - CSP, 2017. Disponível em:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Eliéser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

<http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00005d/00005df8.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BROWN, B. Understanding and assessing school police officers: A conceptual and methodological comment. **Journal of Criminal Justice**, v. 34, n. 6, p. 591–604, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047235206000894>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CIESLAK, Altivir; FERREIRA, Éveron César Puchetti. **Atuação da patrulha escolar comunitária e segurança nas escolas do Estado do Paraná**. 2008, 121 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) - Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2008.

COSME E DAMIÃO. **Revista do Batalhão de Guardas**. Curitiba: Quartel da Polícia Militar do Estado do Paraná, jun./jul. 1961.

DEBARBIEUX, Eric. Violência nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 59-92.

DILIBERTI, M.; JACKSON, M.; KEMP, J. Crime, Violence, Discipline, and Safety in US Public Schools: Findings from the School Survey on Crime and Safety: 2015-16. First Look. NCES 2017-122. **National Center for Education Statistics**, 2017. Disponível em: <https://nces.ed.gov/pubs2017/2017122.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DURANTE FILHO, Eliéser Antonio. **A aderência do programa patrulha escolar comunitária aos elementos programáticos globais associados ao policiamento comunitário**. 2018. 133 f. Dissertação (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.unespar.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/000059/00005959.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Code of laws of the United States of America**, 2017. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/browse/collectionUScode.action?selectedYearFrom=2017&go=Go>. Acesso em: 23 fev. 2023.

FINN, P.; MCDEVITT, J. National Assessment of School Resource Officer Programs. Final Project Report. **US Department of Justice**, 2005. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/209273.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GIROUARD, C. School resource officer training program. **US Department of Justice**, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention Washington, DC, 2001. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojdp/fs200105.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 115, p. 101-138, 2002.

JAMES, N.; MCCALLION, G. School resource officers: Law enforcement officers in schools. **Congressional Research Service**, 2013. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/misc/R43126.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NA, C.; GOTTFREDSON, D. C. Police Officers in Schools: Effects on School Crime and the Processing of Offending Behaviors. **Justice Quarterly**, v. 30, n. 4, p. 619–650, 2013. Disponível em:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLICIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

<https://ccjs.umd.edu/sites/ccjs.umd.edu/files/pubs/COMPLIANT3%20-%20Police%20Officers%20in%20Schools.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

O CORREIO POLICIAL MILITAR. **Jornal Informativo da Classe Policial do Paraná**. Curitiba: Órgão Oficial de Divulgação da ASCEPOL, Ano XI, Edição 41, mar. 2014.

OLIVEIRA, Anselmo José de. LEMES, Margarete Maria. **Patrulha Escolar Comunitária: O Método**. Curitiba, 2008. Não publicado.

OLIVEIRA, Neuri Pires de; RIBEIRO, Valdemar Antônio. **Atuação da Polícia Militar do Paraná em Escolas**. 1999, 163 f. Monografia (Curso Superior de Polícia) - Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/2018-UNESCO-Relatorio-Violencia-Escolar-e-Bullying.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

PARANÁ. Decreto n.º 16.575, de 28 de setembro de 2010. Dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual. **Diário Oficial Executivo n.º 8314**, Curitiba, PR, 29 set. 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=56275&codItemAto=436755#436755>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARANÁ. Decreto n.º 2.348, de 19 de março de 2008a. Criadas Unidades Operacionais, no âmbito da Polícia Militar, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP. **Diário Oficial Executivo n.º 7683**, Curitiba, PR, 19 mar. 2008. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=r&site=1#resultado>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARANÁ. Decreto n.º 2.349, de 19 de março de 2008. Aprovados os Quadros de Organização da Polícia Militar do Paraná-PMPR. **Diário Oficial Executivo n.º 7683**, Curitiba, PR, 19 mar. 2008. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=51870&indice=1&totalRegistros=1&dt=8.9.2018.1.0.40.734>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARANÁ. Decreto n.º 9.016, de 25 de setembro de 2013. Denomina "Batalhão Coronel ANSELMO JOSÉ DE OLIVEIRA". **Diário Oficial Executivo n.º 9051**, Curitiba, PR, 25 set. 2013. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=103323&indice=1&totalRegistros=1&dt=23.1.2023.20.12.16.493>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PARANÁ. Lei n.º 15.745, de 20 de dezembro de 2007. Dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fica acrescido em 200 policiais-militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, conforme especifica e adota outras providências. **Diário Oficial Executivo n.º 7623**, Curitiba, PR, 20 dez. 2007. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=26&indice=1&totalRegistros=1&dt=8.9.2018.0.54.31.188>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR**. Diretriz n.º 004/2000-PM/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, Comando-Geral, 2000a.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PROGRAMAS DE POLÍCIAMENTO ESCOLAR DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA NORTE-AMERICANA E A
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA INTERNACIONAL
Elíser Antonio Durante Filho, Valter Ribeiro da Silva

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Esclarecimento sobre o contido no Memorando n.º 044/2014-P/3.** Memorando n.º 033-P/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, 2018.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Patrulha Escolar.** Diretriz n.º 004/2003-PM/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, Comando-Geral, 2003b.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Policiamento Comunitário na PMPR: Projeto POVO.** Diretriz n.º 002/2004-PM/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, Comando Geral, 2004.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Programa Patrulha Escolar Comunitária.** Curitiba: Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Educação, Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, 2003c.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Projeto para implantação da Patrulha Escolar na cidade de Curitiba.** Curitiba: Polícia Militar do Paraná, Comando-Geral, 1994.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Projeto Patrulha Escolar III.** São José dos Pinhais: Polícia Militar do Paraná, 17º Batalhão de Polícia Militar, 2000b.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Proposta de programa para segurança nas escolas:** por uma escola mais segura. Curitiba: Núcleo Regional de Ensino da Área Metropolitana Norte, Assessoria Jurídica, 2003a.

PRICE, P. When Is a Police Officer an Officer of the Law: The Status of Police Officers in Schools. **The Journal of Criminal Law and Criminology**, v. 99, n. 2, p. 541–570, 2009. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7325&context=jclc>. Acesso em: 23 fev. 2023.

RAYMOND, B. **Assigning police officers to schools.** Washington, DC: Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2010.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba:** esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania. Brasília: Unesco, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández.; COLLADO, Carlos Fernandes.; LUCIO, María Del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAPORI, Luis Flávio. Como implantar o ciclo completo de polícia no Brasil? **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, Supl Especial, p. 50-58, fev./mar. 2016. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/604/222>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SCHEREMETA, Marcos Teodoro. **Capacitação Profissional:** fator primordial para o sucesso do Programa Patrulha Escolar Comunitária no Estado do Paraná. 2007, 57 f. Monografia (Especialização em Estratégias em Segurança Pública) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

WEILER, S. C.; CRAY, M. Police at School: A Brief History and Current Status of School Resource Officers. **The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas**, v. 84, n. 4, p. 160–163, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00098655.2011.564986>. Acesso em: 23 fev. 2023.